

Consórcio
Energético
Cruzeiro do Sul

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Quotistas do
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações foram elaboradas pela administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul com base no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (“manual”).

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” acima mencionado.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre distribuição ou uso

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com o manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC”. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação da Administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e das consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas Companhias.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Consórcio continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	96.714	89.785
Créditos com consorciadas	5	12.843	39.499
Créditos entre consorciadas	6	17.541	17.048
Créditos das consorciadas	7	52.634	52.200
Outros créditos		<u>2.703</u>	<u>5.692</u>
Total do ativo circulante		<u>182.435</u>	<u>204.224</u>
Não circulante			
Créditos das consorciadas	7	536.554	566.104
Imobilizado	8	1.437.570	1.497.010
Intangível	9	<u>20.930</u>	<u>21.781</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.995.054</u>	<u>2.084.895</u>
Total do ativo		<u><u>2.177.489</u></u>	<u><u>2.289.119</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	12.843	39.499
Débitos com consorciadas	11	99.417	95.477
Débitos entre consorciadas	12	17.541	17.048
Financiamentos	13	50.282	49.911
Concessões a pagar	14	<u>2.352</u>	<u>2.289</u>
Total do passivo circulante		<u>182.435</u>	<u>204.224</u>
Não circulante			
Financiamentos	13	441.232	484.635
Concessões a pagar	14	29.157	28.634
Provisão para contingência	15	66.165	52.835
Quotas de consorciadas	16	<u>1.458.500</u>	<u>1.518.791</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.995.054</u>	<u>2.084.895</u>
Total do passivo		<u><u>2.177.489</u></u>	<u><u>2.289.119</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Variações nos ativos e passivos		
Redução ao ativo intangível	851	851
Redução ao ativo imobilizado	59.440	59.440
Redução de créditos com/das consorciadas	55.772	47.183
Aumento de créditos entre consorciadas	(493)	(11.395)
Redução (aumento) de outros créditos	2.989	(1.650)
Aumento de débitos com consorciadas	3.940	10.975
Aumento de débitos entre consorciadas	493	11.395
Redução de fornecedores do consórcio - dívidas das consorciadas	(26.656)	(17.165)
Redução de financiamentos	(42.880)	(39.833)
Redução de encargos financeiros	(152)	(79)
Redução de quotas de consorciadas	(60.291)	(60.291)
Aumento de provisões para contingências	13.330	6.972
Aumento de concessão a pagar	586	2.922
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	6.929	9.325
	<hr/>	<hr/>
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	6.929	9.325
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	89.785	80.460
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>96.714</u>	<u>89.785</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (“Consórcio”) é um empreendimento constituído por meio de contrato celebrado em 28 de novembro de 2006 pelas Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel Geração e Transmissão”) (51%) (empresa líder) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”) (49%). Em 10 de outubro de 2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Mauá, com potência instalada de 363 MW, com prazo de 35 anos a partir de 03 de julho de 2007, data da assinatura do contrato. O empreendimento é constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

Conforme o Despacho nº 2923/2016 - Aneel, relativo ao processo nº 48500.001499/2007-62, a Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá), cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.029598-1.01, passou a se chamar Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior (UHE GJC). A solenidade oficial de mudança de nome aconteceu em 09 de fevereiro de 2017 em Telêmaco Borba-PR, local da casa de força da usina.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil da Entidade denominado “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” as quais não exigem a divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração de resultado, tendo em vista que para a natureza da Entidade (“Consórcio”) não existem receitas e despesas próprias a serem apresentadas (Vide Nota 3.f).

3 Sumário das principais práticas contábeis - NPC

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização. Os passivos, circulante e não circulante, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os bens do imobilizado são contabilizados pelo valor total de aquisição, devendo corresponder às respectivas participações das Consorciadas Copel (51%) e Eletrosul (49%), conforme determina a Portaria Aneel nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24 de dezembro de 1997. No passivo não circulante, na rubrica Quotas de consorciadas, consta a contrapartida do mesmo valor, de acordo com os percentuais de participação de cada Consorciada.

Os encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, conforme nota explicativa 8.f.

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados conforme o método definido pelas Consorciadas. O reflexo da depreciação calculada pelas Consorciadas é reconhecido nas quotas das respectivas consorciadas, conforme nota explicativa 8.g.

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e. Concessões a pagar - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é efetuado na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato e correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O registro inicial origina um passivo (obrigação da Entidade) e um ativo intangível (direito de concessão), o qual está refletido na rubrica Quotas de consorciadas. Posteriormente, o passivo é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados e o intangível amortizado pelo prazo de concessão.

f. Receitas e despesas

A receita de venda de energia elétrica, assim como os custos operacionais da Entidade, são registrados contabilmente diretamente nos livros contábeis das Consorciadas, exceto pela depreciação que é registrada como redutora das Quotas de Consorciadas, conforme nota explicativa 8.g. e dos rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como créditos em Débitos com as consorciadas, conforme nota explicativa 4. Em função destas práticas, a Entidade não apura demonstração de resultados.

g. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração de fluxo de caixa da Entidade demonstra exclusivamente as variações das contas patrimoniais do Ativo e Passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos conta movimento	10	126
Aplicações financeiras	96.704	89.659
	96.714	89.785

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Substancialmente, as aplicações financeiras foram efetuadas em CDBs, cuja remuneração é atrelada à variação do CDI, realizadas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha. Conforme estabelecido no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” os rendimentos das aplicações financeiras são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

5 Créditos com Consorciadas

	2017	2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	6.352	19.947
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	6.491	19.552
	12.843	39.499

Referem-se às aquisições por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas. No passivo circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Fornecedores” até que tais débitos sejam liquidados.

6 Créditos entre Consorciadas

	2017	2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.284	3.056
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	16.257	13.992
	17.541	17.048

São créditos mantidos com as Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A., referentes às aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos repasses dos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como são gastos registrados que foram efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC (Mauá) e que farão parte do encontro de contas. No passivo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Débitos entre Consorciadas” até que tais débitos sejam liquidados.

7 Créditos das Consorciadas

	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Financiamentos BNDES - Copel	24.246	24.072	212.499	233.426
Financiamentos BNDES - Eletrosul	26.036	25.839	228.733	251.209
Provisão para contingências - Copel	-	-	33.744	26.946
Provisão para contingências - Eletrosul	-	-	32.421	25.889
Concessões a pagar - Copel	1.182	1.150	15.201	15.085
Concessões a pagar - Eletrosul	1.170	1.139	13.956	13.549
	<u>52.634</u>	<u>52.200</u>	<u>536.554</u>	<u>566.104</u>

A rubrica agrupa os valores dos encargos financeiros e principal a serem pagos dos Contratos de Repasses de Recursos do BNDES, as provisões para contingências e os valores da outorga onerosa da concessão, pelo uso do bem público. No passivo circulante e não circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Financiamentos”, “Provisão para Contingências” e “Concessões a Pagar”.

8 Imobilizado

	2017			2016
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	151.920	(25.335)	126.585	131.735
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	(139.068)	686.104	714.038
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	(38.799)	190.870	198.687
Máquinas e equipamentos	524.235	(90.955)	433.280	451.753
Moveis e utensílios	1.058	(327)	731	797
	<u>1.732.054</u>	<u>(294.484)</u>	<u>1.437.570</u>	<u>1.497.010</u>

Os valores contabilizados nas rubricas do Imobilizado estão assim representados:

- a. **Terrenos:** Custos de indenização aos proprietários das áreas desapropriadas.
- b. **Reservatórios, barragens e adutoras:** Custos de construção do reservatório, barragem, adutoras e vertedouros.
- c. **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Custo das edificações permanentes destinadas ao abrigo, suporte e proteção de propriedades ou pessoas, inclusive casa de força.

- d. Máquinas e equipamentos:** Custos de aquisição relativos a máquinas e equipamentos eletromecânicos do sistema de geração e transmissão da usina.
- e. Reintegração acumulada:** Conta redutora do ativo imobilizado que agrupa os valores das depreciações registradas nas Consorciadas.
- f. Encargos financeiros BNDES:** Custos dos encargos financeiros dos financiamentos das máquinas e equipamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC (Mauá), inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, os quais compreendem os repasses indiretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do agente financeiro, Banco do Brasil, e os repasses diretos mediante a abertura de crédito com o BNDES. Tais valores contabilizados no imobilizado em andamento a título de Encargos Financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC (Mauá) estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- g. Depreciação:** As Consorciadas (Copel e Eletrosul) consideram que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão do empreendimento UHE GJC (Mauá), do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação está fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96. Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

As depreciações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Reintegração acumulada”, conta redutora do Ativo Imobilizado, e em contrapartida na rubrica “Quotas de Consorciadas”.

h. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2017
Imobilizado em serviço:					
Terrenos	151.920	-	-	-	151.920
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	-	-	-	825.172
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	-	-	-	229.669
Máquinas e equipamentos	524.235	-	-	-	524.235
Móveis e utensílios	1.058	-	-	-	1.058
(-) Depreciação acumulada	<u>(235.044)</u>	<u>(59.440)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(294.484)</u>
	<u>1.497.010</u>	<u>(59.440)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.437.570</u>

9 Intangível

	2017		2016	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Copel Geração e Transmissão S.A.	12.905	(2.211)	10.694	11.129
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	12.352	(2.116)	10.236	10.652
	25.257	(4.327)	20.930	21.781

Valores da outorga onerosa da concessão, relativos ao uso de bem público, demonstrados ao custo amortizado. Os valores foram ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

10 Fornecedores

	2017	2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	6.352	19.947
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	6.491	19.552
	12.843	39.499

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas das aquisições realizadas por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas.

11 Débitos com Consorciadas

	2017	2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	50.746	48.735
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	48.671	46.742
	99.417	95.477

Os valores contabilizados nesta rubrica se referem ao montante relativo ao aporte de caixa efetuado pelas Consorciadas para composição do fundo fixo do Consórcio, reembolsado mediante apresentação dos comprovantes de pagamentos, e os rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas.

12 Débitos entre Consorciadas

	2017	2016
Adiantamentos Copel Geração e Transmissão S.A.	16.257	13.992
Adiantamentos Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.284	3.056
	17.541	17.048

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas decorrentes das aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como registram gastos efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC (Mauá) que farão parte do encontro de contas. No ativo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Créditos entre Consorciadas” até que tais créditos sejam liquidados.

13 Condições de financiamento do empreendimento

O custo total do empreendimento UHE GJC (Mauá), constante no Contrato de Repasses de Recursos do BNDES celebrado com o Banco do Brasil, compreende o montante de R\$ 1.069.876 e está distribuído da seguinte forma entre as Consorciadas:

	Eletrosul	Copel	Total
Financiamento BNDES			
Recursos diretos - BNDES	182.508	169.586	352.094
Recursos indiretos - Banco do Brasil S.A.	<u>182.508</u>	<u>169.618</u>	<u>352.126</u>
Total financiamento recursos BNDES	<u>365.016</u>	<u>339.204</u>	<u>704.220</u>
Recursos próprios	<u>159.216</u>	<u>206.440</u>	<u>365.656</u>
Total	<u><u>524.232</u></u>	<u><u>545.644</u></u>	<u><u>1.069.876</u></u>

O pagamento de principal do contrato de financiamento iniciou em março de 2013, exigível mensalmente. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos pelas Consorciadas de recursos diretos e indiretos com o BNDES são contabilizados no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, sendo compostos pelos montantes de juros incidentes sobre o saldo devedor, vinculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos remanescentes a pagar referentes aos encargos financeiros e da amortização do principal compreendem os seguintes montantes:

	2017			
	Circulante			Não circulante
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	846	23.400	24.246	212.499
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>867</u>	<u>25.169</u>	<u>26.036</u>	<u>228.733</u>
	<u>1.713</u>	<u>48.569</u>	<u>50.282</u>	<u>441.232</u>
	2016			
	Circulante			Não circulante
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	922	23.150	24.072	233.426
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>943</u>	<u>24.896</u>	<u>25.839</u>	<u>251.209</u>
	<u>1.865</u>	<u>48.046</u>	<u>49.911</u>	<u>484.635</u>

14 Concessão a pagar / Intangível de Concessão

	Circulante		Não circulante	
	2017	2016	2017	2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.182	1.150	15.201	15.085
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.170	1.139	13.956	13.549
	2.352	2.289	29.157	28.634

O Consórcio tem contrato de concessão oneroso com a União para o uso do bem público para a geração de energia elétrica na usina UHE GJC (Mauá). As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Entidade ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As Consorciadas recolhem à UNIÃO desde a data de entrada em operação comercial da UHE, ocorrida em novembro de 2012, até o 35º ano de concessão inclusive, contados da data de assinatura do contrato de concessão ou enquanto estiver na exploração da UHE, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.262.

15 Provisão para contingências

	2017	2016
Copel Geração e Transmissão S.A.	33.744	26.946
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	32.421	25.889
	66.165	52.835

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte em ações judiciais envolvendo questões ambientais, relacionadas principalmente à desapropriação de áreas mediante a interposição de medidas judiciais no montante provável de R\$ 50.159 (R\$ 52.835 em 2016).

No ano de 2017 foi instaurado procedimento arbitral pelo CECS e Consórcio EPC (Construtor) junto à Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - CAMFIEP com intuito de dar apropriada solução aos litígios remanescentes do contrato de fornecimento de bens e serviços para implantação da UHE GJC (Mauá) celebrado na modalidade Engineering, Procurement and Construction - EPC (Engenharia, Suprimentos e Construção). O valor da causa protocolada na CAMFIEP em 30 de junho de 2017 é no montante de R\$ 77.107, sendo o valor de perda provável no montante de R\$ 16.006.

Os encargos de provisão são reconhecidos nas rubricas "Créditos das consorciadas" e "Provisões para contingências". Na opinião da Administração, com base na posição dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados.

Ações de risco possível

O Consórcio possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível no montante de R\$ 482.520. A principal discussão refere-se à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, no montante de R\$ 306.663 de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., a qual foi cadastrada em 30 de junho de 2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e afirma que com a concessão de Lavra obtida tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina.

16 Quotas de Consorciadas

	2017	2016
Copel Geração e Transmissão S.A	723.525	753.421
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	734.975	765.370
	1.458.500	1.518.791

Agrupam o ativo imobilizado em serviço e intangível na proporcionalidade da participação das Consorciadas no Consórcio Energético Cruzeiros do Sul, não se aplicando a respectiva proporcionalidade aos:

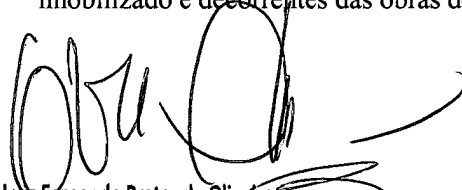
- Valores contabilizados a título de encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC (Mauá), que estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- Valores contabilizados a título de máquinas e equipamentos em função da utilização de critérios diferentes pelas Consorciadas no crédito do PIS/COFINS sobre as aquisições.

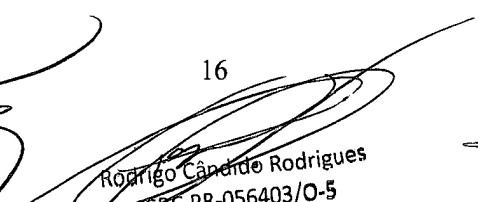
17 Cobertura de seguros


Modalidade / Riscos cobertos	Vigência	Franquia máxima - R\$	Montante da cobertura - R\$
Riscos operacionais			
Danos Materiais	23.11.2012 a 23.11.2018	5.000	342.139
Despesas de Salvamento e contenção de sinistros	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Alagamento /Inundação	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Desentulho/Remoção de escombros	23.11.2012 a 23.11.2018	-	5.000
Pequenas obras de engenharia para reparos, reformas e ampliação	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Roubo e/ou furto qualificado de bens	23.11.2012 a 23.11.2018	-	5.000
Tumultos, greves, lock-out, comoção civil e atos dolosos	23.11.2012 a 23.11.2018	1.000	17.107
Honorários de peritos	23.11.2012 a 23.11.2018	-	1.000
Despesas extraordinárias	23.11.2012 a 23.11.2018	-	11.750

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros de bens do ativo imobilizado e decorrentes das obras de construção da UHE GJC (Mauá).

16


Luis Fernando Prates de Oliveira
 Superintendente Geral
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul


Rodrigo Cândido Rodrigues
 CRC PR-056403/O-5


Luiz Carlos Bubiniak
 Superintendente Administrativo-Financeiro
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul-CECS